

Maputo e Kigali oficializam extradição de opositores e críticos do regime de Paul Kagame refugiados em Moçambique

- Aos poucos, o regime de Paul Kagame começa a colher os seus dividendos resultantes do envio de mais de dois mil militares e polícias para ajudar Moçambique na luta contra o extremismo violento em Cabo Delgado. Além de penetrar suas empresas no negócio do gás natural do Rovuma, Ruanda tem carta-branca para requisitar às autoridades moçambicanas os opositores e críticos do regime de Paul Kagame refugiados em Moçambique.



- A assinatura do acordo de extradição entre Moçambique e Ruanda veio aumentar o sentimento de insegurança dos ruandeses que vivem no território nacional. É o segundo golpe para a comunidade ruandesa, depois do envio de Claude Nikobisanzwe para servir como Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique. Claude Nikobisanzwe é o diplomata que em 2014 foi expulso da África do Sul por suspeitas de envolvimento no assassinato de Patrick Karegeya, antigo chefe dos serviços secretos do Ruanda encontrado morto num hotel de Joanesburgo.
- Só no ano passado, a comunidade ruandesa em Moçambique perdeu dois membros em circunstâncias ainda não esclarecidas: o assassinato a tiro de Revocant Karemangingo, vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique. A vítima foi crivada de balas perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola; e o desaparecimento forçado de Ntamuhanga Cassien, jornalista ruandês de 37 anos que se encontrava exilado na Ilha de Inhaca, Cidade de Maputo.

Desde a chegada das tropas do Ruanda em Julho de 2021¹ sempre esteve claro que havia “acordos” secretos através dos quais Maputo iria compensar Kigali pela intervenção militar ruandesa nas matas de Cabo Delgado. Os sinais começaram em Março deste ano, quando a Africa Intelligence informou que a construtora ruandesa NPD juntou-se, à última da hora, à lista de empresas que estavam a concorrer para a realização de trabalhos preparatórios no projecto de GNL em Moçambique. Descrita como sendo próxima ao Presidente ruandês, a NPD é uma das maiores construtoras do Ruanda, destacando-se em obras de grande vulto como barragens, estradas e pontes².

Em finais de Maio, uma missão empresarial composta por 50 empresários ruandeses esteve em Maputo, onde participou do Fórum de Negócios Moçambique – Ruanda. Liderados pela Ministra do Comércio e da Indústria, Habyarimana Uwamaliza Béata, os empresários ruandeses manifestaram interesse de explorar oportunidades de negócios nas áreas de agricultura, agro-processamento, tecnologias de informação e comunicação, turismo, energias renováveis, petróleo & gás, infra-estruturas, logística, transportes, indústria têxtil e vestuário³.

Em Janeiro deste ano, uma delegação governamental moçambicana participou, pela primeira vez, da Feira Internacional do Ruanda, que ia na sua 24ª edição. Mesmo sendo estrepante, Moçambique foi eleito “melhor país ex-



Presidentes dos Parlamantos do Ruanda e de Moçambique exibem o Protocolo de Cooperação.

positor”, numa feira onde participaram mais de 400 expositores de 15 países⁴.

No início do presente mês, a Presidente da Câmara dos Deputados do Ruanda, Donatille Mukabalisa, esteve em Maputo, onde assinou, com a Presidente da Assembleia da República, Esperança Bias, um Protocolo de Cooperação que irá viabilizar a troca de experiências e conhecimentos sobre as activi-

dades parlamentares através da organização de missões técnicas e do desenvolvimento de outras formas de cooperação.

Um dos pontos interessantes do Protocolo é a necessidade de os dois Parlamantos comprometerem-se em “trocar regularmente impressões e concertar posições sobre questões internacionais, especialmente as relacionadas com as zonas geográficas comuns e so-

¹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/MILITARIZACAO-DE-CABO-DELGADO_-880-militares-e-120-policias-do-Ruanda-3.000-militares-da-SADC_-E-agora-Senhor-Presidente-isto-nao-e-uma-salada-de-intervencoes.pdf

² <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-empresa-ruandesa-prestes-a-entrar-no-neg%C3%B3cio-do-g%C3%A1s/a-61042170>

³ <https://evidencias.co.mz/2022/06/01/access-bank-apoia-camara-de-comercio-no-acolhimento-de-missao-empresarial-do-ruanda/>

⁴ <https://mznews.co.mz/empresarios-ruandeses-querem-diversificar-investimento-em-mocambique/>

bre matérias de interesse comum nos fóruns internacionais em que estiverem representados”⁵.

Ainda em Maputo, a Presidente da Câmara dos Deputados do Ruanda foi recebida pelo Primeiro-Ministro, Adriano Maleiane. Na ocasião, Donatille Mukabalisa manifestou o interesse do Ruanda de “fortificar as relações bilaterais e económicas com Moçambique” e disse que empresários ruandeses irão visitar o país para discutir com os empresários nacionais áreas de interesse comum para investimentos⁶.

Enquanto em Maputo era assinado o protocolo de cooperação entre os Parlamentos de Moçambique e do Ruanda, em Kigali os Governos dos dois países assinavam um tratado de extradição e um acordo de assistência jurídica em matéria penal. Do lado moçambicano, os dois instrumentos foram assinados pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Mateus Kida, e da parte do Ruanda assinou a Ministra de Estado responsável pelos Assuntos Constitucionais e Jurídicos no Ministério da Justiça, Soline Nyirahabimana⁷.

Os acordos (extradição e assistência jurídica) abrangem todos os tipos de crimes, incluindo aqueles relacionados com o genocídio do Ruanda ocorrido em 1994. A Ministra ruandesa elogiou o acordo afirmando que revela um aumento de segurança para os Estados. “Esses acordos significam que Ruanda e Moçambique estão agora a salvo de criminosos, o que significa que nossos cidadãos se sentirão seguros”⁸.

Na verdade, a assinatura do tratado de extradição interessa mais ao Ruanda do que a Moçambique. O tratado vai permitir a extradição de cidadãos ruandeses refugiados em Moçambique há muito procurados pelas autoridades ruandesas devido aos seus posicionamentos políticos. Trata-se, na verdade, de ruandeses críticos ao regime de Paul Kagame e que encontraram em Moçambique um local seguro para escapar à perseguição política. Antes mesmo da assinatura do tratado de extradição e assistência jurídica, o Governo moçambicano vinha facilitado o assassinato e/ou desaparecimento forçado de opositores e críticos de Paul Kagame no território nacional.

Por exemplo, no dia 13 de Setembro de 2021, Revocant Karemangingo, vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), foi assassinado a tiro perto da sua residência, no Bairro Liber-



Ministras responsáveis pela Justiça e Assuntos Constitucionais em Moçambique e no Ruanda exibem os acordos de extradição.

dade, Cidade da Matola. Revocant Karemangingo actuava como comerciante em muitas áreas e empregava mais de 200 moçambicanos. Tal como aconteceu em outros assassinatos e desaparecimentos forçados de refugiados ruandeses em Moçambique, o caso do vice-Presidente da ARRM não foi investigado pelas autoridades moçambicanas e os autores materiais nunca serão conhecidos⁹.

Poucos dias depois do assassinato de Revocant Karemangingo, a comunidade ruandesa residente em Moçambique denunciou a existência de uma lista de 20 refugiados ruandeses identificados como alvos a serem eliminados pelos esquadrões de morte do Governo de Paul Kagame. A lista foi elaborada pelo regime de Kigali e inclui refugiados ruandeses que estão em Moçambique e em outros países africanos.

Um refugiado ruandês que se identificou pelo nome de Alex, de 40 anos, contou que chegou a Moçambique em Dezembro de 2003, depois de ter passado por Congo, Malawi e Tanzânia. Alex disse que ficou espantado quando tomou conhecimento de que seu nome constava da referida lista. “Eu não fiz nada para estar nessa lista. Não há nada que eu fiz contra o meu País. Ainda que tivesse praticado um crime, o correcto seria subme-

ter-me a um julgamento. Porquê é que não posso ser julgado? Será que Moçambique não nos pode ajudar?”¹⁰, questionou.

Ainda no ano de 2021, concretamente no mês de Maio, a comunidade ruandesa reportou o desaparecimento forçado do jornalista Ntamuhanga Cassien, que se encontrava exilado na Ilha de Inhaca, Cidade de Maputo. Cassien, de 37 anos, foi raptado por um grupo de oito (8) pessoas que se identificaram como sendo agentes da PRM. Ele tinha o estatuto de refugiado com Cartão de Identificação/Registo nº 367-00020491, emitido pelo Instituto Nacional de Refugiados, em 26 de Abril de 2021. Mais tarde circularam informações segundo as quais Ntamuhanga Cassien tinha sido extraditado para Ruanda para cumprir uma pena de 25 anos a que foi condenado em 2017 por crimes de conspiração contra o Governo e cumplicidade em acto terrorista, num processo com motivações políticas¹¹.

Ora, essas atrocidades contra refugiados ruandeses acontecem sob o olhar sereno e impávido das autoridades moçambicanas, em claro desrespeito ao Estado de Direito Democrático baseado no respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos sob sua responsabilidade, no âmbito de protecção e promoção de direitos

⁵ <https://www.parlamento.mz/?p=2991>

⁶ <https://www.opais.co.mz/ruanda-vai-enviar-empresarios-interessados-em-investir-no-pais/>

⁷ <https://www.newtimes.co.rw/news/rwanda-mozambique-sign-agreements-reinforce-justice>

⁸ <https://www.newtimes.co.rw/news/rwanda-mozambique-sign-agreements-reinforce-justice>

⁹ <https://cddmoz.org/refugiados-ruandeses-denunciam-lista-com-alvos-do-regime-de-kigali-e-pedem-intervencao-do-estado-mocambicano-2/>

¹⁰ <https://cddmoz.org/refugiados-ruandeses-denunciam-lista-com-alvos-do-regime-de-kigali-e-pedem-intervencao-do-estado-mocambicano-2/>

¹¹ <https://cddmoz.org/refugiados-ruandeses-denunciam-lista-com-alvos-do-regime-de-kigali-e-pedem-intervencao-do-estado-mocambicano-2/>

humanos (artigos 1, 3 e 11, alínea e) da CRM).

E mais: O Estado moçambicano é signatário de vários instrumentos de protecção e promoção dos direitos humanos, como são os casos de Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP), e da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.

A abertura de uma embaixada ruandesa em Maputo em 2019 é vista pelos refugiados ruandeses como sendo um dos factores que piorou a sua segurança em Moçambique. O Alto-Comissário do Ruanda em Moçambique chama-se Claude Nikobisanzwe, e é o mesmo diplomata que em 2014 foi expulso da África do Sul por suspeitas de envolvimento no assassinato de Patrick Karegeya, antigo chefe dos serviços secretos do Ruanda encontrado morto num hotel de Joanesburgo. A assinatura do acordo de extradição entre Moçambique e Ruanda veio aumentar o sentimento de insegurança dos ruandeses que vivem no território nacional.



Primeiro-Ministro, Adriano Maleiane, e a Presidente do Parlamento do Ruanda, Donatille Mukabalisa.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

